

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios **DE SÃO PAULO**

Ano 7 • Número 53

Municípios ganham tempo para assumir iluminação pública

Ação preventiva da APM e de prefeituras conquista prazo maior. Página 8

Plano Municipal de Resíduos Sólidos. Página 6

ESPECIAL 57º CEM

Um balanço do maior e melhor Congresso Estadual de Municípios realizado pela Associação Paulista de Municípios. Página 34

14º CBTIM:

Integração digital é um desafio que os municípios precisam enfrentar para dar ao cidadão mais qualidade. Página 39

58º CEM:

Os preparativos já estão em marcha. Em março, os municípios do Estado tem um compromisso histórico. Página 43

E você achando que 100% fosse o máximo
que alguém pudesse se dedicar.

Sabesp 300%: 100% de água tratada, 100% de esgoto coletado
e 100% de esgoto tratado.

300%



Matheus, Gabriel e Thiago,
trigêmeos, filhos do
funcionário da Sabesp
Nivaldo A. Curralo

O saneamento transforma a vida das pessoas. Por isso, a Sabesp não mede esforços
para universalizar o saneamento básico nas cidades em que presta serviços.

Em 2014, todas as cidades do interior de São Paulo serão 300%.

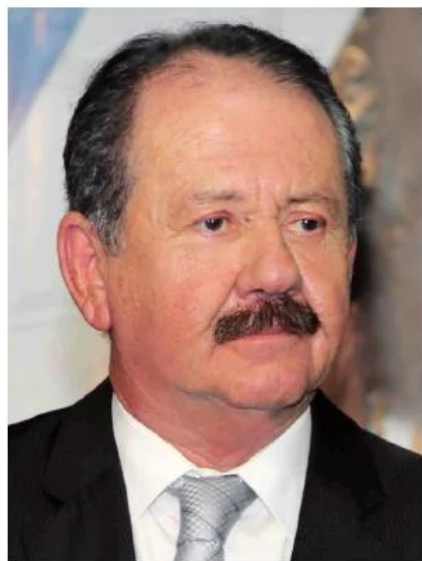
E, até o final da década, todos os municípios terão o saneamento universalizado.

Saiba mais em: www.sabesp.com.br/rs2012

Sabesp. Uma empresa do Governo do Estado de São Paulo.



GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO



Disposição e união para o país avançar

Uma entidade deve ser avaliada pelas suas realizações, as causas que empolgam e se tornam objeto de ação coletiva, as conquistas. Em 2013 podemos dizer que a missão foi cumprida e que conseguimos, com dificuldades e o apoio de muitos, engrandecer ainda mais a história da APM.

Nesta edição você encontrará os fatos marcantes do 57º Congresso Estadual de Municípios, o melhor dos eventos do gênero realizado até o presente momento, segundo as palavras do governador Geraldo Alckmin. Você poderá também verificar

a lista de novas responsabilidades que pesam nos ombros de prefeitos e gestores públicos.

No Congresso, houve um espaço destinado a discutir, esclarecer, documentar, debater as questões que afetam nossas cidades. Lá estavam os prefeitos, vereadores e autoridades, colocando sua voz e sua participação efetiva a serviço da construção de um federalismo mais equilibrado e racional.

Desejo a todos uma boa leitura. Espero que esta revista estimule a reflexão sobre as propostas e ideias apresentadas. A discussão e os debates são sempre produtivos. Servem

para dar o diagnóstico da situação e indicar caminho. Mas a mudança só acontece através da ação. E uma das funções primordiais da Associação é, justamente, canalizar a força que os municípios têm no Estado de São Paulo e no Brasil.

Debate, diagnóstico, ação. Esta deve ser a trilha a ser seguida. Temos um embate difícil: dotar os municípios de recursos que estejam à altura das tarefas que realizam. Para lograr sucesso, precisaremos estar focados, dispostos e unidos. É assim que as grandes transformações acontecem. É assim que um país avança.

Celso Giglio
CELSONO GIGLIO

Presidente da APM e Deputado Estadual

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS (de 2013 a 2016)

PRESIDENTE DA APM

Celso Giglio

Prefeito de Osasco e Deputado Estadual (de 1992 a 1995 / 2001 2004)

1º VICE-PRESIDENTE

Marcos Roberto Casquel Monti

Prefeito de São Manuel (de 1993 a 1996 / de 2013 a 2016)

3º VICE-PRESIDENTE

José Mauro Dedemo Orlandini

Prefeito de Bertoga (de 1993 a 1996 / de 2009 a 2012 / de 2013 a 2016)

SECRETÁRIO GERAL

Carlos Alberto Cruz Filho

Vereador de Campinas e Vice-Prefeito (de 1983 a 1988 / de 1997 a 2000)

2º SECRETÁRIO

Sebastião Misiara

Vereador de Barretos (de 1972 a 1996)

TESOUREIRO GERAL

Aquevirque Antonio Nholla

Vereador de São João da Boa Vista e Vice-Prefeito (de 1983 a 1992 / de 1993 a 1996)

2º TESOUREIRO GERAL

José Luiz Rodrigues

Prefeito de Aparecida (de 2001 a 2008)

2º VICE-PRESIDENTE

Jonas Donizette

Prefeito de Campinas (de 2013 a 2016)

4º VICE-PRESIDENTE

Belkis Gonçalves Santos Fernandes

Prefeita de Ourinhos (de 2013 a 2016)

1º SECRETÁRIO

Herculano Castilho Passos Junior

Prefeito de Itu (de 2005 a 2008 / de 2009 a 2012)

3º SECRETÁRIO

Antono Cesar Simão

Prefeito de Itu (de 2005 a 2008 / de 2009 a 2012)

1º TESOUREIRO GERAL

João Emílio Buzzo

Prefeito de Mendonça (de 1989 a 1992 / de 1997 a 2000)

3º TESOUREIRO GERAL

Maria Antonieta de Brito

Prefeita de Guarujá (de 2009 a 2012 / de 2013 a 2016)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Newton Rodrigues Freire

Prefeito de Gália (de 1989 a 1992 / de 2013 a 2016)

Flávio Calegarri

Prefeito de Atibaia (de 1993 a 1996)

José Bernardo Ortiz Monteiro Junior

Prefeito de Taubaté (de 2013 a 2016)

CONSELHO FISCAL

Roque Joner

Prefeito de Pratânia (de 1997 a 2004 / de 2013 a 2016)

Silas Bortolosso

Prefeito de Osasco (de 1997 a 2000)

Lauro Michels Sobrinho

Prefeito de Diadema (de 2013 a 2016)

CONSELHO DELIBERATIVO

VICE-PRESIDENTE

Geraldo Antônio Vinholi

Prefeito de Catanduva (de 2013 a 2016)

SECRETÁRIO

Luiz Souto Madureira

Ex-vice-prefeito de Tietê (de 1988 a 1992)

PRESIDENTE

Marilene Mariottoni

Vereadora de Mogi Mirim (de 1989 a 2008)

CONSELHO CONSULTIVO

COORDENADOR GERAL

Itamar Borges

Prefeito de Santa Fé do Sul e Deputado Estadual (de 1993 a 1996 / de 2001 a 2008 / de 2010 a 2014)

EXPEDIENTE

PUBLICIDADE

CONSELHO EDITORIAL

Celso Giglio

Carlos Alberto Cruz Filho

Aquevirque Antonio Nholla

Antônio Cesar Simão

EDIÇÃO DE ARTE

Núbia Barros

nubia@apaulista.org.br

Michelle Sendas

criacao@apaulista.org.br

Anuncie na Revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo

CEAME

Telefones:

(11) 3063-5775

(11) 7784-2687

WWW.CEAME.COM.BR

dalva@ceame.com.br

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.

Fone/Fax: (11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Janeiro 2014

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios



- 3 **Editorial**
Disposição e união para o país avançar
- 6 **Resíduos Sólidos**
Ciclo de Reuniões de Resíduos Sólidos
- 8 **ANEEL**
Sob pressão, ANEEL prorroga prazo para transferência de ativos de iluminação pública
- 9 **IPT**
IPT disponibiliza tecnologia para as micro, pequenas e médias empresas de cidades em São Paulo
- 12 **TCE**
Elaboração da Lei Orçamentária do Município - Lembretes sobre pontos indispensáveis
- 16 **Artigo Jurídico**
A Escalada da Irracionalidade
- 20 **IBGE**
Os aglomeramentos subnormais das cidades de São Paulo
- 23 **Municípios Aniversariantes**
Confira os municípios aniversariantes do mês de Janeiro/14
- 24 **Atividades da APM**
Confira
- 33 **57º CEM**
Evento ocorreu na cidade de Santos
- 37 **SOS Municípios**
Lançamento ocorreu durante o 57º CEM
- 39 **14º CBTIM**
Evento ocorreu na cidade de Itu
- 44 **Galeria de fotos**
Confira as fotos do 14º CBTIM
- 46 **Casos e Causos**
Queijo com goiabada



Plano Municipal de Resíduos Sólidos

**Ciclo de
Reuniões
Resíduos
Sólidos**

APM e Ministério Público fazem reuniões para apoiar municípios

Atentos ao prazo para que os municípios elaborassem o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (janeiro/2014), a Associação Paulista de Municípios e o Ministério Público Estadual realizaram Ciclos de Reuniões nas cidades de São Paulo, Regente Feijó, Franca, Santos e Campinas com o intuito de sanar dúvidas que vem afligindo as administrações municipais. Em ações paralelas, a APM iniciou gestões junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente no sentido de ampliar os espaços de participação dos gestores públicos nessas discussões além do mais completo acesso às alterações que porventura ocorram na legisla-



*Ciclo de reuniões em Campinas.
Esclarecimentos essenciais*

ção pertinente. Um dos pontos essenciais na elaboração de tais planos está a implementação da logística reversa, mecanismo composto de três processos que se complementam e que objetivam tornar possível a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para ►



reaproveitamento em seu ciclo produtivo, ou de terceiros, ou ainda dar a tais resíduos outra destinação que não seja poluente. Esses três processos são a regulamentação, o acordo setorial e o termo de compromisso. As reuniões organizadas e

Logística reversa: custos não podem recair sobre o orçamento municipal

colocadas em pauta pela APM e pelo Ministério Público trataram de aprofundar a compreensão desses mecanismos, além de conscientizar os gestores públicos para o caráter específico que o plano de gestão de resíduos sólidos deve ter, como a caracterização das atividades do município, sua população, os seus meios técnicos e financeiros, entre outros, pois tais fatores são alvo da averiguação dos órgãos de controle.

O presidente da APM, Celso Giglio, nos contatos pessoais e nas representações feitas por diretores da entidade, deixou como orientação geral a importância de fazer chegar aos municípios diretrizes claras no sentido de fazer do Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos uma peça consistente, tanto em

termos de abrangência quanto de precisão, de forma a evitar que novos custos acabem pesando nos ombros de prefeitos ou dos gestores por eles indicados. "A questão dos custos é vital nas contas municipais, que não podem ser oneradas por novos custos que sejam da responsabilidade de terceiros, declarou Celso Giglio.

Foram realizadas reuniões em Franca, Santos, Regente Feijó e Campinas. Pelo Ministério Público as ações foram coordenadas pelos promotores de justiça Tatiana Barreto Serra, José Eduardo Lutti, Alexandra

Entidades presentes nos debates:

AMENSP, AMVAPA,
CERISO, CIAS,
CISBRA, CODIVAR,
COMAM, CONDEMAT,
CONDERSUL, CONDESB,
CONSAÚDE, Consórcio
Intermunicipal do Grande ABC,
FRIM e POLO CUESTA,

Faccioli Martins e Ivan Carneiro Castanheiro, todos do CAO Cível e Tutela Coletiva – Núcleo de Meio Ambiente.

A APM, sempre representada pelo diretor Antônio César Si-

mão, convidou as entidades municipais regionais para ouvirem os promotores e traçarem juntos uma logística para levar o debate a todas as regiões do estado.

A APM contou também com o apoio da União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL), presidida por Marcos Rocha, prefeito de Regente Feijó, e da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP), presidida por Ivo Francisco dos Santos Junior, prefeito de Adamantina.

Entre os temas discutidos, a responsabilidade do Estado recebeu destaque. Os agentes públicos discutiram a possibilidade de que o Estado estabeleça um plano de metas que seja progressivo, dando o devido tempo para que os municípios possam cumprir suas metas segundo sua real situação em termos orçamentários.

Também compareceram prefeitos, vereadores, secretários de Estado e municipais, técnicos de gestão pública e deputados estaduais. •





Sob pressão, **ANEEL** prorroga prazo para transferência de ativos de iluminação pública

A pronta e firme ação da Associação Paulista de Municípios, de prefeituras do Estado de São Paulo e de diversas entidades defensoras dos municípios surtiu efeito. No dia 10 de dezembro de 2013, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) prorrogou o prazo de transferência dos ativos de iluminação pública para 31 de dezembro de 2014, o que significa que somente a partir de 2015 essa nova responsabilidade poderá ser assumida pelos municípios. A decisão abrange todos os municípios e não apenas aqueles que tenham até 50 mil habitantes. Na opinião do presidente da APM, Celso Giglio, os municípios terão agora tempo para enfrentar esta nova missão, buscando as

condições necessárias, técnicas e financeiras, para dar conta de mais essa responsabilidade.

Celso Giglio, saiu a campo assim que tomou conhecimento das novas determinações do órgão regulador. Encaminhou ofício ao diretor-geral da ANEEL, Romeu Donizete Rufino, no qual elencou os motivos que justificavam a prorrogação do prazo até então estabelecido (31 de janeiro de 2014).

Celso Giglio argumentou que os Prefeitos, em sua grande maioria, cumpriam seu primeiro mandato e enfrentavam sérios problemas financeiros, além do fato de que as novas instruções não terem sido de tão amplo conhecimento, correndo-se o risco de que vários

dos novos gestores municipais não tivessem tempo de esboçar qualquer plano de ação.

Outras ações logo tomaram corpo. A prefeitura de São Manuel obteve liminar na Justiça Federal de Botucatu e com isso ficou desobrigada de arcar com essa tarefa. A Justiça também se manifestou em dois outros pedidos, de Marília e Agudos.

Foi feito um “pedido de tutela antecipada”, ao mesmo tempo contra a Agência (Aneel) e contra a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL).

A prefeitura de São Manuel questionou o artigo 218 da resolução, que impõe às prefeituras a obrigação de receber o chamado Ativo Imobilizado em Serviço (AIS), hoje sob responsabilidade da concessionária de energia.

“Essa é a prova daquilo que vimos falando, as prefeituras estão sobrecarregadas, sobretudo com serviços que sempre foram da responsabilidade do Estado ou da União”, declarou o presidente da APM, Celso Giglio.

IPT disponibiliza tecnologia para as micro, pequenas e médias empresas do Estado de São Paulo

Introdução

A capacidade das empresas em competir no mercado interno e externo é fundamental para a dinamização da atividade econômica de qualquer município, estado e país e está associada a diferentes fatores. A tecnologia e a inovação desempenham um papel importante para enfrentar os desafios desse novo cenário globalizado. Novos materiais, qualidade de produtos, atendimento a normas técnicas, custos finais competitivos, produtividade, questões ambientais, entre outros, estão na ordem do dia. As empresas, em especial as micro, pequenas e médias (MPMEs), só estarão aptas a cumprir os papéis econômico e social estrategicamente fundamentais que lhes cabem, se puderem contar com apoio tecnológico eficiente e descomplicado.

O Estado de São Paulo abriga 200 mil micro e pequenas empresas, 36% delas localizadas na capital, 16% em cidades da Re-

gião Metropolitana de São Paulo e o restante no interior. A sua Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, - SDECT, considerando a importância de uma política de apoio a essas empresas e aos municípios do Estado, conta com o IPT- Instituto de Pesquisas Tecnológicas, como seu principal suporte tecnológico para propor e executar ações voltadas para inovação e aumento da competitividade dessas empresas.

Serviços de apoio tecnológico às MPMEs

O trabalho, em especial com as MPMEs, tem início com a conscientização do quão indispensável é o acesso à tecnologia e continua, efetivamente, pela prestação de toda uma gama de serviços de apoio tecnológico. Isto é o que torna possível transferir conhecimentos práticos diretamente no “chão de fábrica”, com a aplicação do conhecimento tecno-

lógico na solução de problemas reais enfrentados pela empresa no dia a dia de sua produção.

A SDECT disponibiliza esses serviços de apoio tecnológico por meio da Ação 5285 – Apoio Tecnológico às Micro, Pequenas e Médias Empresas, no âmbito do Programa 1027 – Inovação para Competitividade e do Programa Plurianual do Governo do Estado - PPA, com previsão orçamentária anual. Esses serviços tecnológicos, mediante cinco diferentes modalidades de atendimentos, complementares entre si, são também disponibilizados por meio da Rede Paulista de Extensão Tecnológica do Sistema Brasileiro de Tecnologia – Si-bratec, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep.

No decorrer desses últimos seis anos, o IPT já realizou mais de três mil atendimentos tecnológicos às MPMEs de diversos setores industriais, em mais de 240 municípios do Estado, ►

aplicando as cinco modalidades distintas de atendimentos mencionadas:

PRUMO Projeto Unidades Móveis

Os atendimentos são realizados com a utilização de Unidades Móveis, equipadas com aparelhos laboratoriais que atendem a setores industriais específicos. São veículos operados por um engenheiro e um técnico que vão até as empresas, para solucionar in loco, durante dois dias, os principais problemas tecnológicos em relação à matéria-prima, processo e produto. Os laboratórios móveis permitem a realização de ensaios identificados como necessários para a solução dos problemas técnicos detectados durante uma visita prévia de diagnóstico. Os técnicos do PRUMO sugerem soluções e as implementam durante o atendimento, sempre que as condições o permitem.



Atendimento do PRUMO no "chão de fábrica"

Os setores atendidos pelo PRUMO atualmente são: transformação de plásticos, da borracha, cerâmica e couro e calçados. Os resultados do atendimento do PRUMO têm sido a redução de desperdícios, de refugos e de custos de produção, o aumento de produtividade e a melhoria da qualidade dos produtos, promovendo, sempre que possível, a inovação incremental, de modo a contribuir para que as MPMEs se preparem para ampliar e ganhar novos mercados.

PROGEX Adequação de Produtos para Exportação

O PROGEX possibilita o apoio tecnológico a empresas potencialmente ou já exportadoras, para adequar produtos visando satisfazer às exigências técnicas de um determinado mercado externo, quanto à qualificação para certificação, embalagens, rotulagem, design, atendimento às normas técnicas internacionais, entre outras. O mercado internacional vem exigindo, cada vez mais de seus fornecedores, produtos certificados que atendam aos regulamentos de obrigatoriedade legal dos países importadores, cujas exigências técnicas estão baseadas principalmente na segurança, saúde

e meio ambiente, sem esquecer o custo competitivo. O PROGEX exerce papel tecnológico fundamental para que as nossas MPMEs possam concorrer no mercado internacional.



Adequação de produto para Marcação CE

QUALIMINT Qualificação de Produtos para o Mercado Interno

Trata-se de uma ação que possibilita o aperfeiçoamento tecnológico de produtos para atender às exigências dos usuários e/ou adequar estes produtos visando atender às normas técnicas nacionais, qualificação para certificação INMETRO e clientes específicos como os do setor de petróleo e gás, agências reguladoras, indústria automotiva, aeronáutica, nuclear e outras. O finalidade é fortalecer as MPMEs para competir no mercado interno, inclusive frente aos produtos importados. ►



GESPRO

Gestão da Produção

O atendimento é direcionado diretamente ao aumento da capacidade competitiva das MPMEs, por meio de ações que envolvam a gestão do processo produtivo. Esta modalidade de ação de extensão não prioriza ações técnicas de produção, mas os aspectos que envolvem, por exemplo, o balanceamento da produção para reduzir custos ou aumentar a produtividade, o cumprimento de prazos, a substituição de materiais, entre outros.



PROLIMP

Produção mais Limpa

Apoio tecnológico que permite a adoção de tecnologias mais limpas, ou a melhoria de processos existentes que conduzam à redução de emissões (gasosas e líquidas) e de rejeitos de produção (sólidos inclusive), ao consumo mais racional de matérias-primas, de água e de energia e à destinação correta dos resíduos.



Custo dos serviços

Os serviços de atendimento tecnológico prestados pelo IPT contam com subsídio de até 90% do valor do atendimento padrão, com contrapartida mínima de 10% pela empresa atendida. No caso do PRUMO, atualmente a contrapartida mínima é de R\$600,00. Para as demais modalidades, o IPT deve ser consultado, encontrando-se o contato no final desta matéria.

Em todas as modalidades de ação, a finalidade do suporte tecnológico é o de proporcionar condições para o aumento da taxa de inovação das empresas, contribuindo para elevar seu faturamento e produtividade e torná-las mais competitivas no mercado global e estimular a cultura empresarial por inovação tecnológica. O objetivo é usar essas modalidades, como apoio às atividades de pesquisa, de agregação de valor aos produtos e de inovações essenciais para a sobrevivência e/ou fortalecimento dessas empresas, individualmente ou organizadas em arranjos produtivos locais (APLs),

Os municípios devem aprovei-

tar essa oportunidade e estimular as suas empresas a investir em tecnologia, fator fundamental para a conquista de novos mercados, aumento de vendas, inserção de produtos nos mercados externos e concorrência frente aos produtos similares importados, além de permitir o aumento de arrecadação pelos municípios e Estado. ●



Contatos:

NT - MPE
NÚCLEO DE
ATENDIMENTO
TECNOLÓGICO
À MICRO,
PEQUENA E MÉDIA
EMPRESA.

Fone:

(11) 3767-4204 ou
(11) 3767-4296.

e-mail: ntmpe@ipt.br

*** Mari Tomita Katayama, Vicente N. G. Mazzarella e Ros Mari Zenha**

Pesquisadores do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo- IPT



ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO

LEMBRETES SOBRE PONTOS INDISPENSÁVEIS

Iniciado sempre no Poder que arrecada dinheiro público: o Executivo, o processo orçamentário nacional é composto por três peças, aprovadas por lei e compatíveis umas com a outras; eis o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O bom planejamento orçamentário é princípio basilar de responsabilidade fiscal. Assim, o que se convencionou naqueles três instrumentos vem sendo, na

execução deles, examinado, com muito mais rigor, pelos Tribunais de Contas. Tendo em mira que, no setor governo e à exceção dos casos de guerra, comoção interna e calamidade pública¹, não se gasta um centavo sem o prévio aval do Legislativo, ante essa demanda constitucional, a Lei Orçamentária é a mais operacional das sobreditas autorizações de uso do dinheiro público, constituindo meio vital para que se realize toda e qualquer ação de governo (art. 167, I e II da CF).

No dizer do então Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF, o ex-ministro Carlos Ayres Britto, “abaixo da Constituição, não há lei mais importante para o país do que a Lei Orçamentária Anual, porque a que mais influencia o destino da coletividade” (STF, Tribunal Pleno, ADI 4048-MC/DF).

Em assim sendo, não é demais lembrar às Prefeituras os seguintes pontos essenciais:

1. Frente ao princípio da unidade e universalidade, o orça- ►

¹ Eis a hipótese dos créditos adicionais extraordinários, referenciados no art. 167, § 3º da Constituição.

mento anual deve agregar receitas e despesas da Administração direta (Prefeitura e Câmara), autarquias, fundações instituídas ou mantidas pelo Município e empresas estatais dependentes (art. 165, § 5º, I, da Constituição).

2. Consultar as necessidades de operação e expansão dos vários setores da Administração, e ouvir a população nas audiências públicas, tais medidas aproximam o orçamento da realidade municipal, o que evita as muitas e usuais alterações ao longo de sua execução. A prática tem nos revelado que, entre o orçamento iniciado em 1º de janeiro e o executado em 31 de dezembro, entre um e outro há uma grande distância, lacuna que consome muita energia administrativa, desqualificando a lei orçamentária como confiável ferramenta de operação da máquina pública.

3. Fixados acima da capacidade arrecadatória do município, orçamentos superestimados geram dotações folgadas, o que pode, por exclusiva iniciativa do Executivo, acarretar corte de anunciados programas e metas físicas; além disso, esse superdimensionamento é porta aberta para o déficit da execução orçamentária e, dele decorrente, constituição ou incremento na dívida líquida de curto prazo (*deficit financeiro*).

4. Considerando a derrubada, pelo STF, do regime especial de precatórios, o Relator da ação de



inconstitucionalidade, ministro Luiz Fux, indica que, enquanto não editada a prometida modulação daquele julgado, devem os entes devedores pagar dívidas judiciais conforme a mesma sistemática da invalidada Emenda Constitucional nº 62, de 2009, ou seja, depósito mensal de 1% a 2% da receita corrente líquida ou depósito anual de 1/15 do passivo judicial corrigido. Nessa marcha, as verbas para Sentenças Judiciais podem ser dotadas tal qual se fez entre 2010 e 2012, até que venha a anunciada modulação da Suprema Corte.

5. Relativos à criação, expansão ou aprimoramento da ação governamental, os projetos devem estar enunciados no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes

Orçamentárias (art. 16 da LRF e art. 167, 1º da CF). Se não, deve o Executivo propor leis aditivas, ao PPA e à LDO, aprovando aquelas iniciativas. Do contrário, será a despesa tida não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio, a modo do art. 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

6. Além disso, não podem incluir-se no orçamento aqueles novos projetos, se os atuais, ora em andamento, também não contarem com verba orçamentária (art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

7. O orçamento será detalhado até o nível do elemento de despesa, assim como quer o art. 15 da Lei 4.320, de 1964, e exige o princípio orçamentário da ►

transparência e especificação do gasto público.

8. Apesar de a Constituição, no art. 165, § 8º, não limitar a margem orçamentária para créditos suplementares, a boa técnica recusa excessos percentuais, que, por ação privativa do Executivo, podem desfigurar o orçamento original, contrariando o princípio da independência e harmonia entre os Poderes (art. 2º da CF). Sob tal contexto, não é demais se balizar na lei orçamentária do Governo do Estado de São Paulo, que concede margem genérica de 17% para créditos suplementares, à qual se adiciona o valor atribuído à Reserva de Contingência.

9. Tendo em mira que doutrina e jurisprudência vêm entendendo que, entre elementos de gasto da mesma Atividade, Projeto ou Operação Especial, a permuta é um crédito adicional e, não, uma transposição, um remanejamento, nem uma transferência; à vista dessa compreensão, conveniente fixar-se, também

com moderação, percentual específico para créditos adicionais bancados pela anulação, parcial ou total, de outras dotações (art. 43, § 1º, III da Lei 4.320, de 1964). Na antes referida lei orçamentária estadual, é de 20% o limite para intercâmbio entre objetos de gasto.

10. No respectivo fundo especial deve-se alocar recurso para ações voltadas à criança e ao adolescente, em obediência ao art. 227 da Constituição e ao art. 4º, parágrafo único, "d", da Lei Federal n.º 8.069, de 1990.

11. Há de se prever Reserva de Contingência à vista de três situações:

a) Passivos ocasionais, contingentes, descritos no anexo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (art. 4º, § 3º e art. 5º, III, ambos da LRF).

b) Necessidade de frear certo nível de gasto, no escopo de conseguir superávit que amortize a dívida de curto prazo, com-

posta, em predominância, por Restos a Pagar sem lastro de caixa. Tal obrigação se acentua quando as Cortes de Contas assim determinam nos balanços de anos findos.

c) Reter valor equivalente ao esperado superávit do regime próprio de previdência, impedindo a utilização daquela sobra em outras finalidades, que não as de aposentadoria e pensão. Tal cautela assegura observância ao art. 167, XI, da Constituição.

12. O total das dotações da Câmara de Vereadores não poderá superar 3,5% a 7,0% da receita tributária ampliada, projetada até o final do ano em que se elabora a proposta orçamentária; aquele intervalo percentual depende do tamanho populacional do município (art. 29-A da Constituição), dele só escapando a despesa com aposentados e pensionistas, mas, não, as obras e reformas da Edilidade, tampouco as confissões de dívidas previdenciárias alusivas aos Vereadores.●

*Flavio Corrêa de Toledo Jr. é Assessor Técnico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

ICMS no celular

mais um serviço aos municípios paulistas:

Previsão atualizada do ICMS toda segunda-feira;
Datas dos próximos cursos oferecidos pela APM;
Confirmação de inscrição e vagas dos cursos;
Repasse do Governo aos Municípios.





acessasp

o ACESSA SP é o
vencedor do Prêmio
“Acesso ao Conhecimento”,
da Fundação Bill & Melinda Gates,
considerado o Prêmio Nobel
da inclusão digital.



acessasp



GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO

Secretaria de Gestão Pública



A ESCALADA DA IRRACIONALIDADE

Recentemente tivemos notícia de que o Ministério Público enviou ofício a um Prefeito Municipal determinando que o Município destinasse verba suficiente para a complementação da renda de certa família para a locação de sua residência.

Em outras palavras, segundo o ofício, o Município deveria arcar com o pagamento de uma espécie de “aluguel social”.

Trata-se de medida polêmica e de legalidade questionável.

De um lado, a Constituição Federal consagra o direito à moradia como um direito social, ao mesmo tempo em que atribui aos municípios o dever de “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”, bem como o de “combater as causas da pobreza e os fatores da marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos”.

Por outro lado, o texto constitucional consagrou a família como entida-

de fundamental da sociedade, atribuindo ao Estado o dever de promover programas de assistência social com vistas à dignidade da família brasileira, por meio de ações governamentais e não governamentais dos entes públicos, entre os quais se inclui o Município.

Em razão dessas obrigações constitucionais, relativas ao direito à moradia, bem como à proteção à família, é altamente recomendável que ►

cada Município crie uma política pública objetivando especificamente promover os meios materiais indispensáveis para o exercício desses direitos, com o adequado atendimento dos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal aplicáveis à hipótese.

É de se observar, contudo, que existe uma limitação de recursos para a concretização de tais direitos, cuja implantação é, inegavelmente, onerosa para a Administração.

De fato, a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais depende, em grande medida, das possibilidades orçamentárias do Estado. Mas o Estado não pode simplesmente invocar a sua impossibilidade orçamentária com a finalidade de eximir-se do cumprimento de suas obrigações constitucionais, considerando-se, sobretudo, que essa abstenção estatal pode representar a aniquilação de direitos constitucionais consagrados.

Ao mesmo tempo em que a limitação de recursos é uma contingência que não pode ser ignorada, deve-se ter em mente que a finalidade do Estado, ao obter recursos, é exatamente realizar os objetivos fundamentais da Constituição.

A esse respeito, é possível extrair das decisões do Supremo Tribunal Federal o seu entendimento no sentido de que o Poder Público pode não ter condições de atender a todos os casos de famílias que não consigam pro-

ver sua moradia, mas tem o dever de oferecer políticas públicas que assegurem a moradia digna a, pelo menos, um número mínimo de cidadãos necessitados desse tipo de serviço (Processo ADPF 45).

Por essa razão, é altamente recomendável que os Municípios, caso ainda não o tenham feito, promovam a criação de um programa que ofereça qualquer tipo de colaboração com vistas à moradia digna da família, observando as suas possibilidades financeiras e orçamentárias.

Com efeito, deve ser prioridade o oferecimento, aos cidadãos, de condições materiais mínimas de existência, as quais, uma vez atingidas, darão espaço para as discussões relativas aos recursos remanescentes, que serão empregados em outros projetos.

No entanto, não nos parece razoável que qualquer Município arque com o pagamento de despesa de “aluguel social”, favorecendo exclusivamente uma única família necessitada, em detrimento de tantas outras que estejam na mesma condição.

Os Municípios devem buscar atender, ao adotar políticas públicas que contemplem o coletivo, os interesses individuais, objetivando concretizar os direitos sociais assegurados constitucionalmente. Se, ao contrário, adotar a postura de atender cada cidadão em suas demandas individuais específicas, o Poder Público se tornará inadministrável. ●



Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e co-autora do livro “Vinte Anos de Constituição”. (isabela@conam.com.br)

IGUAL A TODO BANCO,
A GENTE TAMBÉM
TEM UMA AGÊNCIA EM
CADA ESQUINA.



A agência-barco da CAIXA atende as populações ribeirinhas da Bacia Amazônica e já realizou mais de 10 mil atendimentos, levando serviços bancários para onde não parecia possível. Uma iniciativa tão inovadora que venceu o Beyond Bank 2011, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

SAC CAIXA – 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala – 0800 726 2492

Ouvidoria – 0800 725 7474 caixa.gov.br | facebook.com/caixa

MAS TER UMA
AGÊNCIA ATÉ ONDE
NÃO HÁ ESQUINA
É SER MAIS QUE UM BANCO.



CAIXA

A vida pede mais que um banco

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



Os Aglomerados Subnormais nas Cidades Paulistas

Em novembro de 2013 o IBGE divulgou um conjunto de informações referentes às características dos domicílios localizados em Aglomerados Subnormais.

De acordo com metodologia estabelecida no Censo Demográfico 2010, Aglomerado Subnormal é um conjunto constituído por no mínimo 51 unidades

habitacionais (casas ou barracos) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado até período recente terreno ou propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A Instituição já havia tornado públicos os dados relativos

às quantidades de domicílios e população existentes em Aglomerados Subnormais.

Essa divulgação traz como novidade o maior detalhamento das condições de vida dos residentes desses domicílios devido às informações disponibilizadas por questões presentes nos resultados da Amostra do Censo Demográfico. ►

Ranking Descendente

Habitantes e Domicílios em Aglomerados Subnormais.
Municípios de São Paulo – 2010

	MUNICÍPIO	HABITANTES	DOMICÍLIOS
1º	São Paulo	1.285.876	353.771
2º	Guarulhos	212.582	57.125
3º	São Bernardo do Campo	152.302	42.877
4º	Campinas	149.163	39.416
5º	Guarujá	94.819	25.695
6º	Santo André	88.638	24.511
7º	São Vicente	88.273	24.066
8º	Diadema	88.031	24.550
9º	Mauá	84.129	22.831
10º	Osasco	81.505	21.593
11º	Cubatão	49.039	14.693
12º	Santos	37.967	10.657
13º	Embu das Artes	34.436	9.097
14º	Itaquaquecetuba	29.010	7.589
15º	Carapicuíba	27.710	7.292
16º	Taboão da Serra	27.247	7.408
17º	Jundiaí	18.035	4.926
18º	Praia Grande	16.740	4.658

IBGE – Censo Demográfico 2010

A área de pesquisa em São Paulo foi dividida em quatro partes, tendo seu início na capital e indo para a direção dos municípios da periferia paulistana. Em números absolutos, das cidades paulistas, a Capital possuía em 2010 o maior número de domicílios em aglomerados subnormais seguida por Guarulhos e São Bernardo do Campo. A população da Capital, residindo em aglomerados subnormais, era corres-

pondente a 1.285.876.

No entanto, em termos relativos, no município de Cubatão o percentual de habitantes em aglomerado subnormais correspondia a 41,4%, o índice mais elevado do Estado. Em contrapartida, na Capital essa cifra chegava a 11,4%.

Independentemente do critério utilizado para se realizar essa leitura, segundo os valores absolutos ou relativos, o fato de a grande incidência dessa modalidade de

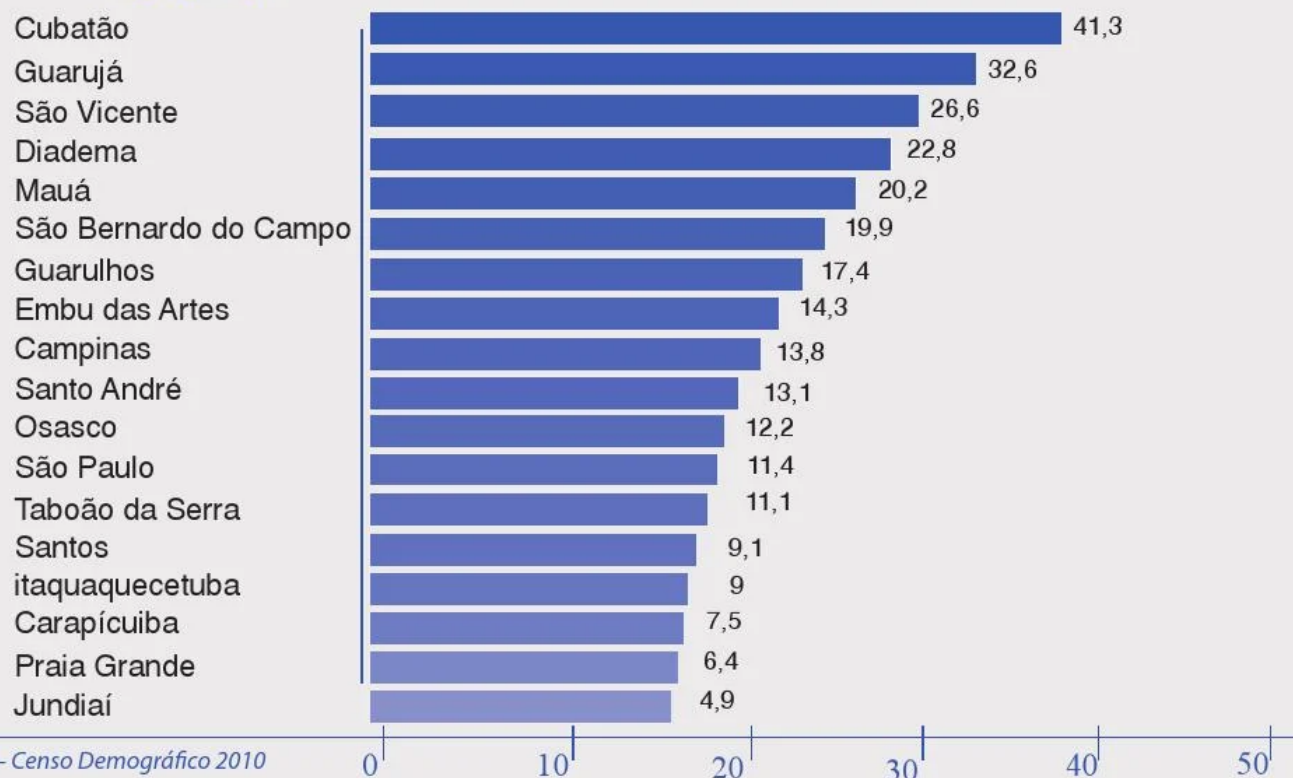
moradia se localizar nas cidades paulistas chama a atenção.

Outro aspecto diz respeito ao fato de a grande concentração dessas ocorrências nas Regiões Metropolitanas. A Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, possuía 596.479 domicílios em aglomerados subnormais, representando 18,9% do total do País. Desse total, 66% estavam localizados na cidade de São Paulo. ►

População Residente em Aglomerados Subnormais

Municípios do Estado de São Paulo – 2010. Em Percentual

MUNICÍPIO



Por fim, cabe destacar a grande concentração de habitantes em aglomerados subnormais nos Municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista. Cubatão, Guarujá e São Vicente apresentavam as mais elevadas participações de moradores em Aglomerados Subnormais do Estado.

Diante desses dados, pode-se concluir que ainda existe uma grande demanda por moradias adequadas nas cidades paulistas e brasileiras e de modo mais acentuado nas regiões metropolitanas.●



Alyssa Saldanha - Estagiária de Comunicação Social
Jefferson Mariano - Doutor em Desenvolvimento Econômico e Tecnologista em Informação Geográfica e Estatística.

Municípios Aniversariantes
Janeiro



Morro Agudo
06 de janeiro



Guarujá
15 de janeiro



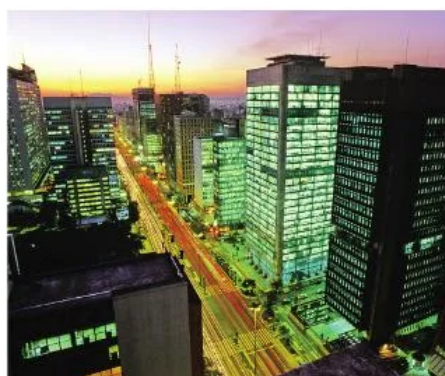
Praia Grande
19 de janeiro



Santa Cruz do Rio Pardo
20 de janeiro



São Vicente
22 de janeiro



São Paulo
25 de janeiro



Vera Cruz
25 de janeiro



Santos
26 de janeiro



ICMS:

Documento da APM levado a Brasília alerta para novos riscos contra as finanças municipais

Em reunião realizada em Brasília em maio, o deputado Celso Giglio, presidente da APM, entregou documento em que procura sensibilizar os líderes do Congresso para os graves danos que acarretará aos municípios a aprovação de substitutivo para a reforma do Imposto sobre a Cir-

culação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). A primeira etapa da tramitação desse projeto ocorreu na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), que o aprovou. “Não poderíamos deixar de levar nossa preocupação e pedir a manutenção do projeto original do ICMS, que estabelece alíquota

única nas operações interestaduais. Os municípios não podem perder mais recursos”, disse o deputado.

Ao lado do presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Samuel Moreira, e de uma comissão de parlamentares de São Paulo, ►

Manutenção de três alíquotas poderá causar desemprego

Celso Giglio, realçou junto a Renan Calheiros, presidente do Senado, e Michel Temer, vice-presidente da República; as consequências da manutenção dos termos do projeto inicialmente aprovado.

Entre outros esclarecimentos, Giglio disse que a APM e entidades municipalistas não são contra mudanças desde que os resultados propiciem distribuição mais equânime das receitas entre os entes federados.



Conforme detalhado no documento, o conjunto de medidas, no seu formato original, tinha como objetivo a simplificação da legislação do imposto e deveria permitir o fim da guerra fiscal, melhorando o ambiente de

negócios e preservando a concorrência leal entre os seus agentes.

Mas se prevalecerem as mudanças do substitutivo aprovado pela CAE naquele momento, nenhum desses objetivos será alcançado. "Ao contrário", explica o presidente da APM, "a manutenção de três alíquotas de ICMS desagrada a indústria, poderá causar prejuízos aos trabalhadores, diminuindo a oferta de empregos em algumas regiões, estimula a competição entre estados e tudo isso sem nenhum benefício para o País".

Especialmente para os municípios paulistas, a notícia não poderia ser pior, alerta o documento, pois significa uma diminuição de R\$

2 bilhões ao ano em sua já tão sofrida quota-parte do ICMS. O estado poderá perder até R\$ 7,5 bilhões por ano em receitas e 25% desse valor será a perda dos municípios, sem contar outros efeitos como a mudança de fábricas e demais empresas. O ano de 2013 acabou e o Senado não aprovou a reforma do ICMS.●

Ser bom para o seu município é ser bom para os brasileiros.

BOMPRATODOS

Centro de Atendimento BR 4004.000 | ou 0800 729 5051
SAC 0800 729 6722 • Ouvidoria BR 0800 729 6678
Deixe sua Avaliação de Fala 0800 729 5088

APM e AMUSUH se unem em defesa dos municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados do Estado de São Paulo

A Associação Paulista de Municípios participou da reunião regional que a Associação Nacional de Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas – AMUSUH, marcou com os municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados do Estado de São Paulo. O encontro ocorreu na Câmara Municipal de São José do Rio Preto, no dia 12 de setembro. A pauta de ação des-

ses municípios visa uma melhor distribuição de recursos, sobretudo no sentido de evitar as perdas oriundas do repasse de verbas calcado na Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH).

A APM esteve a postos ao lado da Associação dos Municípios da Araraquarense (AMA) e fez ver seu ponto de vista, o de que todo e qualquer novo sistema de repas-

se ou a substituição de critérios no manejo das verbas não pode acarretar novas incumbências financeiras aos cofres públicos municipais.

Para ver a relação completa dos municípios, acesse:
www.apaulista.org.br

Linhas de financiamento para o setor público.

Financiamos o desenvolvimento do seu município.

Conheça as linhas de financiamento da Desenvolve SP – Agência de Desenvolvimento Paulista para o setor público, com taxas de juros a partir de 0,49%* ao mês + IPC-Fipe e até 72 meses para pagar.

Crédito para financiar investimentos destinados a sustentabilidade, melhorias da pavimentação asfáltica, construção e adequação de centros de distribuição e abastecimento, obras de infraestrutura básica para instalação e adequação de distritos industriais, projetos de implantação, ampliação ou adequação do sistema de iluminação pública e construção e reforma de arena multiuso.

Mais informações:

www.desenvolvesp.com.br | Telefone: (11) 3123-0464



LEW/LARA/TBWA

Ouvidoria: 0800 770 4272. *Condições gerais no site.



DESENVOLVE SP
Agência de Desenvolvimento Paulista

**GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO**

APM pede união no **7º Congresso da AMA em Olímpia**

A Associação Paulista de Municípios deu apoio total ao 7º Congresso da Associação dos Municípios da Araraquarense (AMA) por ocasião do VII Congresso de Municípios do Noroeste Paulista. Compareceram o presidente da APM, Celso Giglio e diretores da entidade.

Giglio abordou vários dos temas que são hoje assunto de grande preocupação por parte das prefeituras e gestores públicos. Ele analisou o atual modelo de distribuição dos recursos tributários e renovou seu apelo a que as entidades municipalistas unam suas forças para uma completa revisão do pacto federativo.



Sessão Solene de Abertura do 7º Congresso da AMA

APM presente no 1º Fórum Nacional de Executivos de Entidades Municipalistas

A APM participou em setembro do Primeiro Fórum Nacional de Executivos de Entidades Municipalistas, realizado na cidade de Florianópolis (Santa Catarina) pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM. O diretor executivo da APM Vivaldo Filho representou a entidade.

O Fórum teve por objetivo promover a aproximação entre os executivos das entidades muni-

cipalistas do Brasil, estreitar relacionamentos e unificar o movimento em favor dos municípios. Instituições de vários estados estiveram presentes.

Foi eleita a diretoria provisória do “Fórum 27” que vai atuar até a próxima reunião marcada para Brasília, durante a XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, entre os dias 31 de março e 3 de abril de 2014.

Informações: <http://eventos.fecam.org.br/>

OS DESAFIOS DE NOSSOS CLIENTES SÃO OS NOSSOS DESAFIOS.

Foco no cliente, compromisso com resultados, inovação, ética e senso de urgência. Nossos valores corporativos são os pilares para sermos bem-sucedidos em nossa missão, que é desenvolver soluções tecnológicas que contribuam para a eficiência do setor público e a simplificação da vida do cidadão.

Com esse pensamento, a Prodesp – Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – está cada vez mais próxima e envolvida com o dia a dia de seus clientes. Sabemos que é da sinergia entre cliente e empresa fornecedora que nascem as melhores soluções em TI.

Soluções com o DNA da Administração Pública

- Sistemas Aplicativos
- Operações de TI e Infraestrutura
- Terceirização de Processos
- Serviços Profissionais

Para mais informações:

www.prodesp.sp.gov.br | comercial@prodesp.sp.gov.br



APM apoia

Forum Internacional Hábitat do Cidadão

A Associação Paulista de Municípios se fez presente em outubro em evento conjunto promovido em São Paulo pelo Instituto BESC de Minas Gerais. Trata-se do Fórum Internacional Hábitat do Cidadão e 3º Congresso pela Sustentabilidade dos Investimentos em Saneamento. Os temas discutidos foram: Urbanismo, Transporte, Poluição, Habitação e Saneamento Básico.

O seminário foi realizado como ato comemorativo do Dia Mundial do Hábitat, designado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e celebrado desde 1986.



SERVIÇOS ONLINE DO DETRAN.SP



Com os serviços online do **Detran.SP**, você pode resolver muita coisa, sem sair de casa:

- Solicitar 2ª via de CNH
- Solicitar CNH Definitiva
- Solicitar Permissão Internacional para Dirigir (PID)
- Realizar simulado de prova teórica
- Pesquisar débitos e restrições do veículo
- Comunicar venda de veículo

Acesse www.detran.sp.gov.br e conheça todos os serviços.



ENCONTRO ESTADUAL com PREFEITOS E PREFEITAS

A Associação Paulista de Municípios (APM) deu apoio institucional ao Encontro Estadual com Prefeitos e Prefeitas, uma iniciativa da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República que, no Estado de São Paulo, desenvolveu-se em três etapas ao longo de 2013. Os encontros ocorreram em Ribeirão Preto, Araçatuba e Guarulhos.

O objetivo principal do Encontro foi o de prestar orientações sobre os principais programas que o governo federal disponibiliza para os municípios nas áreas de Saúde, Educação, Promoção Social, Infraestrutura, Saneamento Básico e Habitação, além de políticas voltadas à modernização da gestão pública.



Ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatto discursa na Sessão Solene de abertura do Encontro Estadual com Prefeitos e Prefeitas - III Etapa em Guarulhos

Unipontal: Diálogo Municipalista

O presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), deputado estadual Celso Giglio, participou como palestrante no Diálogo Municipalista realizado na cidade de Regente Feijó, organizado pela União dos Municípios do Pontal do Paranapanema – UNIPONTAL, entidade que reúne representantes dos 32 municípios da região. O presidente da UNIPONTAL, Marco Rocha, prefeito

de Regente Feijó, agradeceu a presença dos deputados e demais representantes de entidades que lutam em prol dos municípios. Segundo ele, na união de esforços reside o grande trunfo dos municípios na luta por mais recursos.

Em sua palestra, Celso Giglio mencionou as várias questões que, ano após ano, ficam sob a responsabilidade de prefeitos,

como os crescentes gastos em Saúde, Educação e Segurança Pública. “É no município onde tudo acontece, onde os problemas se tornam dramáticos, mas os municípios ficam com a menor fatia do bolo tributário”, afirmou Giglio. Segundo o presidente da APM, essas questões serão debatidas novamente no 58º Congresso Estadual de Municípios, que realizar-se-á em março de 2014 em de Campos de Jordão.

APM participa de Seminário da **Fundação Abrinq**

A Fundação Abrinq – Save the Children realizou no dia 21/11 na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, através do seu Programa Prefeito Amigo da Criança, o último encontro do ciclo de Seminários Temáticos Regionais de 2013, cujo tema foi “**Prioridade Absoluta**: um Município para Crianças e Adolescentes”.

A APM foi representada pelo diretor-executivo Vivaldo Filho, o qual em nome do presidente Celso Giglio fez uma exposição sobre a parceria entre as duas entidades: “Trata-se de um trabalho importante, cujo objetivo deve ser buscado a partir de ações conjuntas e articuladas entre a sociedade civil organizada e o Poder Público”.

Somente desse modo garantiremos a defesa e o exercício dos direitos da criança e do adolescente, afirmou Vivaldo. Em seu pronunciamento, Carlos Tilkian convidou o prefeito da Paraíba do Sul, cidade localizada no Rio de Janeiro, Márcio Abreu de Oliveira, a assinar o Termo de Adesão do Programa Prefeito Amigo da Criança. Em seguida, teve início a Palestra Magna “Estratégias de Operacionalização da Prioridade Absoluta”, proferi-

da por Wilson Tafner, promotor de justiça do Ministério Público de São Paulo.

Tafner atua na área da infância desde 1991. Ele lembrou que o termo “Prioridade Absoluta” se refere ao Artigo 227 da Constituição Brasileira, que define

como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar com absoluta prioridade os direitos das crianças e dos adolescentes, tais como “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade”.

O MERCADO CONHECE E RECONHECE.

A EDP é uma empresa global de energia, referência no setor elétrico e a terceira maior geradora de energia eólica do mundo. Integra, desde 2008, os índices Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI World e Europe). E, no Brasil, permanece pelo 8º ano consecutivo no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa.

Conquistas que reforçam a conexão natural entre as duas práticas e o posicionamento e compromisso da EDP com Inovação e Sustentabilidade.



www.edp.com.br

PMAT

APM presente no lançamento do Programa de Modernização da Administração Tributária do BNDES

Em encontro nacional realizado no Rio de Janeiro, representando o presidente da Associação Paulista de Municípios (APM) o deputado Celso Giglio, o secretário-geral Carlos Cruz participou do lançamento dos novos critérios do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) para a liberação de recursos no âmbito do Programa de Modernização da Administração e Tributária (PMAT).

O programa objetiva dar apoio institucional e monetário a projetos de investimentos das prefeituras que se destinem à modernização da administração tributária e

melhoria da qualidade dos gastos públicos. Entre os itens passíveis de financiamento estão obras civis, máquinas e equipamentos fabricados no Brasil, bens de informática e de automação.

Segundo os esclarecimentos apresentados no lançamento das novas regras, não existe mais o limite que fixava em 50 mil o número de habitantes do município interessado. Além disso, estão claramente definidos os itens que não são passíveis de financiamento, como a compra de equipamentos usados e o pagamento de pessoal.



AS APARÊNCIAS ENGANAM.

Quando você compra uma solução de **Segurança Digital** estrangeira, ao invés de se proteger, você abre as portas para o espião.

Invista em produtos 100% brasileiros e livres de backdoors.
Conheça as soluções de Segurança Digital da Aker.

 **AKER**

À frente dos desafios da segurança digital.

 @akersecurity  /AkerSec  www.aker.com.br



SANTOS - SP

MUNICIPALISMO: *União por novos tempos*

O maior congresso de todos os tempos recebe governadores, ministros, prefeitos, vereadores e une forças por um novo pacto federativo. Presidente da APM lança movimento SOS Municípios



Junto com diversas autoridades o Presidente da APM, Deputado Estadual Celso Giglio, discursa na solenidade de abertura do 57º Congresso Estadual de Municípios

Com a experiência de quem comparece aos congressos da APM desde 1977, o governador Geraldo Alckmin não teve muito trabalho para analisar o 57º Congresso Estadual de Municípios, realizado em abril na cidade de Santos. Ele disse: “compareço a estes congressos desde quando eu era prefeito de Pindamonhangaba e posso afirmar, sem nenhuma dúvida, de que este é o maior congresso já realizado”. O evento, que teve a participação de governadores, ministros, secretários estaduais, prefeitos, vereadores, recebeu mais de cinco mil pessoas.

O tema do 57º Congresso foi

“Municipalismo: União por novos Tempos” e se iniciou com a discussão sobre as formas de desburocratizar cada vez mais os caminhos de acesso das prefeituras aos incentivos e programas de apoio gerados em vários níveis estaduais e federais. O presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado Samuel Moreira (PSDB) enalteceu o trabalho pelo fortalecimento dos municípios e lembrou: “há municípios que não tem recursos próprios para investimento e dependem exclusivamente de convênios com a União e com o governo do Estado”.

Prefeitos de várias cidades também se manifestaram. Como ►



Presidente da APM, Deputado Estadual Celso Giglio, Prefeito de Campos do Jordão, Fred Guidoni e o Prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa

lembrou o presidente da APM, Celso Giglio, é no município onde tudo acontece, a saúde, a educação, onde se trabalha, onde se mora, por isso os prefeitos precisam enfrentar enormes desafios para conseguir recursos. O prefeito de Santos, Paulo Alexandre, por sua vez, foi enfático: “os municípios recebem novas incumbências, novas responsabilidades, sem uma discussão profunda do pacto federativo não haverá solução”.

Nesse cenário de profunda convergência de interesses, o governador Geraldo Alckmin assinou o projeto de lei que criou o Fundo de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, o qual reúne recursos para programas específicos, voltados para Habitação, Saúde, Educação, Agricultura, Emprego e Renda.

Outra presença ilustre foi a do ex-governador de Minas Gerais, o senador Aécio Neves. Ele abraçou a causa municipalista e acha que sem o renascimento da federação brasileira os municípios correm o risco de entrar em colapso. Aécio Neves foi enfático: “A tese do municipalismo é a da responsabilidade. É a tese daqueles que desejam viver numa federação de verdade e não debaixo de um Estado único. Quanto mais descentralizado, mais bem gasto será o recurso público porque será mais bem fiscalizado pela população”.

O governador de Pernambuco, Eduardo Campos, foi uma das vozes que se somaram às manifestações em prol de uma completa revisão do pacto federativo. “Fazemos este debate num momento em que os municípios sentem os efeitos de uma crise que começou fora do Brasil, mas que se faz ►



Presidente da APM, Deputado Estadual Celso Giglio entrega ao Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, o título de "Municipalista Emérito"

An advertisement for Innovotec. At the top is a blue geometric logo. Below it, the word "innovo" is written in a large, lowercase, sans-serif font, followed by the tagline "Technology meeting needs" in a smaller font. In the center is a network diagram with a central blue node connected to several peripheral white nodes. Below the diagram, the text "Soluções Integradas" is followed by "Tecnologia, Inteligência & Talentos com o objetivo de prover soluções eficientes." and "A INNOVO POSSUI A EXPERTISE NECESSÁRIA PARA ISSO!". Further down, it says "SOLUÇÕES INOVADORAS NAS ÁREAS DE" followed by four icons representing different sectors: "SAÚDE", "EDUCAÇÃO", "SEGURANÇA", and "AUTOMAÇÃO PREDIAL". At the bottom, there are logos for "PELCO by Schneider Electric" and "NICE", along with the address "Al. Rio Negro, 585 - Bl. A Cj. 82 - (11) 4208-5595 - Barueri".

presente na vida e no cotidiano dos prefeitos que se encontram reunidos neste congresso”, disse ele.

O crescimento econômico, explicou Campos, não pode se dar de maneira a tirar dos cidadãos as conquistas obtidas. “Mas esse crescimento somente será possível com maior valorização do papel do município na Federação Brasileira”.

O presidente da APM, Celso Giglio, ao encerrar o evento ressaltou a unanimidade das vozes que se manifestaram em prol da causa municipalista: “vimos aqui a união de forças e a conscientização de todos os envolvidos

de que necessitamos de uma reforma urgente para que os municípios sejam respeitados como entes essenciais no pacto federativo. Vamos lutar por sua reformulação até que esta causa seja vitoriosa”.●



▲ Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski e o Presidente da APM, Deputado Estadual Celso Giglio

◀ Ministra do Planejamento, Miriam Belchior e o Presidente da APM, Deputado Estadual Celso Giglio



ANTES DE FAZER UM CRÉDITO CONSIGNADO, VENHA FALAR COM A GENTE. VOCÊ VAI VER A DIFERENÇA.
Especial para Servidores Públicos.

**É PRÁTICO.
É FÁCIL.
É BRADESCO.**

Fale com o Gerente Bradesco ou Correspondente Autorizado da Bradesco Promotora.

Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022
SAC – Alô Bradesco: 0800 704 8383
SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099
Ouvidoria: 0800 727 9933
bradesco.com.br @Bradesco facebook.com/Bradesco

 **Bradesco**

Crédito sujeito a aprovação e a margem consignável disponível.

MOVIMENTO SOS MUNICÍPIOS

OS SETE PECADOS CAPITAIS E UMA PROPOSTA

Uma das mais concorridas sessões da história dos congressos da APM ocorreu na manhã do dia 4 de abril de 2013 no terceiro dia do 57º Congresso Estadual de Municípios, na cidade de Santos. Ao lado do senador Aécio Neves e do governador Geraldo Alckmin, o presidente da APM, Celso Giglio, lançou o movimento SOS Municípios. Giglio fez um pronunciamento enfático no qual pediu a união de todos os prefeitos e vereadores. Mais de 1.500 pessoas lotaram o auditório de conferências do Centro de Convenções da cidade.

Celso Giglio fez um relato de sua luta e da iniciativa de lançar o SOS Municípios: “Esse movimento é para São Paulo e para o Brasil também,

onde nós denunciemos os sete pecados contra os municípios na busca de uma posição melhor dentro do pacto federativo. Quando eu era deputado federal, há mais de 10 anos, eu já fazia parte da Comissão da Reforma Tributária, mas de lá para cá nada avançou, nada aconteceu e nós continuamos com o pires na mão”.

Giglio disse ainda que a luta dos estados pela melhor divisão do fundo de participação é um estímulo para que todos os municípios brasileiros se engajem na busca de uma verdadeira reforma tributária. “Somente dessa forma as pessoas terão um serviço de saúde melhor, uma educação de qualidade, mais segurança para o povo”. ►

Primeiro pecado:

Receitas insuficientes.

A União fica com 57% do arrecadado, os estados ficam com 25% e os municípios, 18%.

Segundo pecado:

Perda de receitas. União utiliza mecanismos que retiram R\$ 28 bilhões por ano dos municípios. Acúmulo de tarefas na Saúde e na Educação.

Terceiro pecado:

Maiores gastos. Desde 1980 os gastos municipais com Saúde saltaram de 7% para 29%. Na Educação, de 18% para 40%.



Presidente da APM, Deputado Estadual Celso Giglio, apresenta o SOS Municípios aos congressistas durante o 57º CEM em Santos

Quarto pecado:

Segurança Pública.

Os governos municipais estão acumulando funções do Estado, começando com as guardas municipais. Os gastos desse setor também aumentam ano a ano.

Sexto pecado:

Juros abusivos. Municípios são obrigados a renegociar suas dívidas aceitando o pagamento de juros abusivos. De 2001 a 2010, a dívida global somava R\$ 200 bilhões.

Quinto pecado:

Novos encargos. Além de ficar com apenas 18% da arrecadação, os municípios gastam cerca de R\$ 20 bilhões em ações que são, na origem, responsabilidade de Estados e União.

Sétimo pecado:

Falta de ação coletiva eficaz. Está provado, nenhum município obtém melhores resultados sozinho. A União dispõe de mecanismos que apenas fragmenta a solução global.

Uma proposta para agir:

Entidades representativas dos municípios precisam agir de modo coeso, tanto do lado da opinião pública, quanto do lado das ações junto ao Congresso e o governo federal. O grande objetivo é reconstruir o pacto federativo, sem perda de tempo.

APM realiza 14º CBTIM com pauta diversificada e alto nível técnico

O 14º Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios (CBTIM) realizado pela Associação Paulista de Municípios (APM) em dezembro, na cidade de Itu, inaugurou um novo patamar nas discussões sobre a necessidade de os gestores municipais entenderem, dominarem e aplicarem as novas tecnologias nos serviços públicos.

O tema geral do congresso foi “Integração Digital: Município Inteligente”. Na abertura, o prefeito da cidade, Antônio Luiz Carvalho Gomes (Tuíze) saudou os participantes e ressaltou a importância de eventos desta envergadura, capazes de promover importante melhoria no dia a dia das pessoas de forma rápida e eficiente. Ao longo de três dias, de 9 a 11, analisou-se tanto a perspectiva do cidadão, cada vez mais “plugado” nos novos dispositivos portáteis quanto o desafio dos gestores públicos de aplicarem tais conheci-▶



▶ 3º Secretário da APM, Antônio Cesar Simão; Secretário de Turismo do Município de Itu, Osmar Silveira Barbosa; Secretário de Governo do Município de Itu, Rick Schmidt; Ex-prefeito de Osasco e Diretor da APM, Silas Bortolosso; Deputado Estadual e Presidente da APM, Celso Giglio; Diretores Técnicos de Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Paulo Massaru Uesigu Sugiura e Maurício Queiroz de Castro

Auditório lotado durante plenária do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ▶





Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Roque Citadini; Secretário de Planejamento do Estado de São Paulo, Julio Semeghini; Presidente da APM, Deputado Celso Giglio e o Prefeito de Itu, Antonio Luiz Carvalho Gomes (Tufze).

mentos de modo a transformar tecnologia em bem-estar social.

Tendo ao seu lado na mesa diretora dos trabalhos o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Roque Citadini, além de autoridades locais e estaduais, o presidente da APM, Celso Giglio, manifestou seu contentamento por ver realizada a 14ª edição de um evento que visa levar às cidades o que há de melhor em termos de conhecimento tecnológico aplicado ao serviço público. “Parece que foi ontem. Mas faz já 14 anos que a Associação Paulista de Municípios vem trabalhando duro no sentido de trazer para a realidade dos municípios tantos e tantos avanços tecnológicos. Sabemos da resistência que existe ao que é novo, mas sabemos plenamente que o significado maior da adoção dos bens

tecnológicos está na melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, daí a importância vital de eventos como este”, declarou Celso Giglio.

PENSAR GLOBALMENTE

Em seu pronunciamento, o presidente do Tribunal de Contas do Estado Roque Citadini disse ser um aliado de primeira hora nos eventos deste gênero, os quais, entre tantos outros benefícios, possibilitam a melhor aplicação das normas legais. “O saldo desses eventos tem sido extremamente positivo, levando a uma integração digital dos serviços e a uma maior eficiência dos serviços públicos”.

As conferências se iniciaram com a exposição do Secretário Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional,

Júlio Semeghini, representando o governador Geraldo Alckmin. Ele mostrou dados atualizados dos serviços que hoje já estão amadurecidos e comportam até mesmo maior demanda por parte dos municípios. É o caso do Detran de São Paulo que oferece em seu portal eletrônico uma dezena de serviços que facilitam a vida do cidadão.

O Diretor de Competitividade Nacional da Microsoft, Roberto Prado, fez palestra fortemente voltada para os profissionais de TI (Tecnologia de Informação). Seu tema: Planejando as cidades com foco nas pessoas. Ele apresentou uma série de programas da empresa e seus planos de apostar cada vez mais em recursos técnicos. Prado abordou também a importância de os profissionais da área atuarem de modo compartilhado. “Somos produtores de muita informação. Precisamos pensar mais globalmente”.

LINHAS DE APOIO E FOMENTO

Por sua vez, Júlio Themes, diretor de fomento do Desenvolve SP, uma agência de desenvolvimento que se configura como o BNDES de São Paulo, apresentou as várias linhas de apoio e fomento.

Themes citou como exemplo ►

o serviço de iluminação pública, a qual por determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica, fará recair, novos custos aos cofres municipais. “Desenvolve SP tem uma linha de financiamento voltada precisamente para esse segmento, entre dezenas de linhas de ação”, frisou o palestrante.

O 14º CBTIM mostrou que de um lado os prefeitos e gestores públicos veem crescer as demandas, mas de outro podem contar com serviços que mais do que injetar ajuda financeira promovem uma organização do serviço público em bases modernas e digitalmente aplicadas.

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

O mundo jurídico também apresentou uma série de orientações aos gestores presentes no 14º CBTIM. Na palestra “Transparência Pública e Lei de Acesso à Informação” Isabela Giglio, Giselle Gomes Bezerra, advogadas e consultoras jurídicas, e Douglas Rodrigues Caetano, gerente de Tecnologia da Informação da Conam – Consultoria em Administração Municipal, passaram em revista os princípios básicos da Lei Complementar nº 131/09 e da Lei de Acesso à Informação Pública, (lei federal de nº 12.527/11). Dois manuais com a íntegra dessa lei e de dispositivos complementares foram distribuídos aos participantes, com análises aprofundadas e indicações para a mais precisa aplicação desses dispositivos.

SOLUÇÕES INDUSTRIAIS

O impacto das novas políticas públicas brasileiras e as demandas do processo industrial foram os tópicos analisados na palestra “O Ambiente Competitivo na Indústria de Tecnologia”, proferida por Wladimir Janousek, diretor industrial da Lenovo. Ele falou das características da empresa, hoje a maior produtora mundial de computadores, abordou a política de benefícios fiscais no Brasil e lembrou que nenhuma

empresa pode se basear nesse fator por muito tempo. “O impacto positivo vai decrescendo anualmente”, alertou.

AGILIDADE

O Detran expediu mais de 500 mil carteiras de habilitação via internet em pouco mais de um mês. Esse dado sozinho dá a ideia do que representa um serviço público bem aparelhado e eficiente nos seus modos de processamento. Esses dados foram transmitidos por Jânio ►



Soluções Microsoft para o Setor Público

- Soluções Microsoft Cloud
- Contratos de Licenciamento
- Consultoria e Projetos

(11) 3179.6900
governo@brasoftware.com.br

Microsoft Partner
Gold: Collaboration and Content Management and Virtualization
Gold: Server Platform
Gold: Devices and Deployment
Gold: Software Asset Management
Gold: Volume Licensing

Microsoft Partner
Silver: Small Business
Silver: Messaging
Silver: Managed Solution Provider
Silver: Data Platform
Silver: Business Intelligence
Silver: Communications

Loiola, diretor de atendimento do Detran de São Paulo, na palestra “Serviços eletrônicos para a melhoria da vida do cidadão”. Segundo ele, o caminho do investimento e melhoria permanente fará com que um novo aplicativo seja colocado em ação para avisar aos proprietários de veículos de qualquer ocorrência que surja com o carro registrado. “Antes, o cidadão precisava descobrir o que poderia haver de problemas no licenciamento”.

PMAT

Márcio Luiz Rabelo, analista contábil do BNDES, fez uma longa explanação sobre o Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT). Rabelo mostrou haver uma série de exigências legais para que os projetos apresentados pelos gestores sejam bem recebidos. Também neste caso, os participantes receberam um manual com todos os requisitos legais que devem ser levados em conta na apresentação que as prefeituras fizerem no sentido de obter recursos para investir em treinamento de pessoal e processamento de dados, entre outros fatores.

CONTABILIDADE

Uma aula magna foi ministrada por Walter Penninck Caetano, diretor da CONAM – Consultoria em Administração Municipal. Ele abordou os procedimentos que os gestores públicos devem dominar para cumprir



Ex-prefeito de Osasco e membro do Conselho Fiscal da APM, Silas Bortolosso; ex-prefeito de Itu e 1º secretário da APM, Herculano Castilho Passos Júnior e o Presidente da APM, Deputado Estadual Celso Giglio

fielmente os trâmites determinados pelo Plano de Contas Único (PCASP) – que será cobrado a partir de 2014 de todos os municípios brasileiros. Penninck Caetano falou dos novos marcos definidos em lei e recomendou muita cautela por parte dos administradores públicos. “Será uma mudança abrupta nos modos de se fazer a contabilidade pública. Os municípios terão extremas dificuldades para cumprir os

requisitos que serão obrigatórios”, disse ele. Para fazer frente às novas obrigações, Penninck recomendou aos gestores públicos que dominem a fundo tanto a contabilidade geral quanto a de finalidade estritamente pública.

TCE ESCLARECE

Dois diretores do TCE de São Paulo fizeram importantes alertas no painel que teve como tema “O Tribunal de Contas do Esta-▶



do Orienta e Responde". Dois tópicos foram abordados: *controle interno e endividamento dos municípios*.

Paulo M. Sugiura disse que o controle interno é um trabalho que deve ser isento e atuar permanentemente no sentido de sinalizar para o prefeito como anda a execução do orçamento". Por sua vez, Maurício Queiroz de Castro declarou que vários fatores tem sido monitorados pelo TCE mas a questão do endivi-

damento tem recebido especial atenção. Ele recomendou extremo cuidado por parte dos gestores públicos que devem buscar maior equilíbrio na execução do orçamento de modo a deixar sobras de recursos, até porque no último ano de governo será preciso cumprir a legislação que determina deixar dinheiro em caixa para os restos a pagar.

FINANÇAS PÚBLICAS

Caixa Econômica Federal, Bradesco e Banco do Brasil enviaram representantes ao 14º CBTIM. Renato Sousa, gerente departamental do Bradesco, por exemplo, mostrou os marcos alcançados pela instituição, os mecanismos adotados que deram ao banco prêmios internacionais por sua capacidade de inovação. Como exemplo, disse Renato, está o serviço que permite pagar contas pelo Facebook. A carteira de clientes do Bradesco também foi citada como fruto do investimento nos meios técnicos para a instituição continuar crescendo.

Alexandre Sampaio de Almeida, superintendente regional do Banco do Brasil, abordou o tema "Tecnologia de Informação no apoio ao Incremento das Receitas Municipais". Segundo ele, 73% dos municípios brasileiros ainda não arrecadam todos os impostos de caráter municipal. Há outras fontes de recursos que não são plenamente utilizadas, entre elas a cobrança das taxas por serviços públicos. "De 30% a 40% das cidades não cobram ainda as taxas de lixo, de

limpeza urbana, de incêndio e de iluminação pública".

Sandro Vimer Valentini, da Superintendência Regional de Sorocaba da Caixa Econômica Federal, detalhou programas de apoio na palestra Recursos Financeiros à Disposição dos Municípios. Segundo ele, as prefeituras podem contar com uma gama de serviços que tornam a gestão de recursos mais precisa e mais eficiente. ●

58º Congresso Estadual de Municípios

Celso Giglio agradeceu a todos aqueles que colaboraram para a realização do 14º CBTIM, entre eles o ex-prefeito de Itu e diretor da APM, Herculano Passos, a deputada estadual Rita Passos, o prefeito de Itu, Antônio Luiz Gomes, o Tuíze. Giglio anunciou o 58º Congresso Estadual de Municípios, que será realizado de 18 a 22 de março de 2014 na cidade de Campos do Jordão. Giglio lembrou que o governador Geraldo Alckmin esteve no 57º Congresso e declarou ter sido o maior e melhor congresso do gênero. "Agora, podemos afirmar pelo apoio que temos recebido que o 58º Congresso Estadual de Municípios será ainda maior. Esperamos todos lá, vereadores, prefeitos, gestores públicos".

GALERIA DE FOTOS



Presidente da APM, Deputado Estadual Celso Giglio faz pronunciamento de abertura do 14º CBTIM



Prefeito de Itu, Antonio Luiz Carvalho Gomes (Tuíze) discursa na Sessão Solene de Abertura



Ex prefeito de Itu e 1º secretário da APM, Herculano Castilho Passos Junior; Presidente da APM, Deputado Estadual Celso Giglio e o Diretor Técnico de Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Paulo Massaru Uesigu Sugiura



Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, Julio Semeghini

Membro do Conselho Fiscal da APM e Prefeito de Pratânia, Roque Joner; Ex-prefeito de Osasco e membro do Conselho Fiscal da APM, Silas Bortolosso, Presidente da APM, Deputado Celso Giglio e o Vice-Presidente da Fundação Casa, Claudio Piteri





Presidenta do CEAME, Dalva Christofolletti; Secretário Geral da APM, Carlos Cruz e o Presidente da Aker, Rodrigo Fragola realizam sorteio de brindes no último dia de plenárias



Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Antonio Roque Citadini



Ex prefeito de Itu e 1º secretário da APM, Herculano Castilho Passos Junior



Deputada Estadual Rita Passos

Congressistas prestigiam a Sessão Solene de Abertura do 14º CBTIM em Itu



Goiabada com queijo



Entre picos e vales da Serra da Mantiqueira edificaram-se cidades históricas e polos industriais. Nas entrelinhas, é impossível não vir à memória o tilintar dos sinos das vaquinhas, dos carros de boi e o cheiro advindo dos grandes tachos de doce de banana ou goiaba.

O Vale do Paraíba, porção mineira inscrita em terras paulistas tem queijos deliciosos e causos não menos saborosos.

No início de mandato em uma determinada prefeitura da região, o Secretário de Negócios Jurídicos se vê atônito diante de uma cena, no mínimo, engraçada.

Um vendedor de queijos desfila com desembaraço pelos corredores da sede administrativa do

município, no qual trabalhavam o prefeito e diversos secretários municipais. Estava a alardear aos gritos, pelos corredores, a qualidade ímpar de seus produtos. Eis que esbarrou no incauto causídico, membro do secretariado.

— Seu dotô, não quer levar um soberbo queijo de curto ou então um fresco? Pode ter certeza que não vai se arrepender e vai ficar freguês desse seu humilde criado.

Desarticulado pelo absurdo da cena, e pensando numa forma de cessar a bagunça, o referido advogado teve uma ideia, que lhe pareceu funcional.

— Meu caro não gosto e tenho alergia a queijos, mas sugiro que o senhor ofereça o produto ao Secretário da Administração, cujo

gabinete fica no fundo do corredor à esquerda. Ele, mineiro que é, aprecia queijos e se delicia ao misturá-los com uma goiabada.

Com o ar de que fez uma travessura, o nosso secretário pensou com seus botões: missão cumprida, o nosso amigo vai à sala do secretário da administração e ele vai acabar com a festa.

Passado alguns dias, o prefeito convocou reunião do secretariado e, já esquecido do que houvera, o nosso doutor foi surpreendido pelo entusiasmo do seu colega secretário:

— Meu caro, muito obrigado pela indicação. Os queijos do vendedor que você indicou são uma delícia. Sou agora freguês assíduo.



Carteira de Agente Público Municipal

Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que integram os municípios associados à APM, podem solicitar a sua.
Uma prática carteirinha confeccionada pensando em você Gestor Municipal

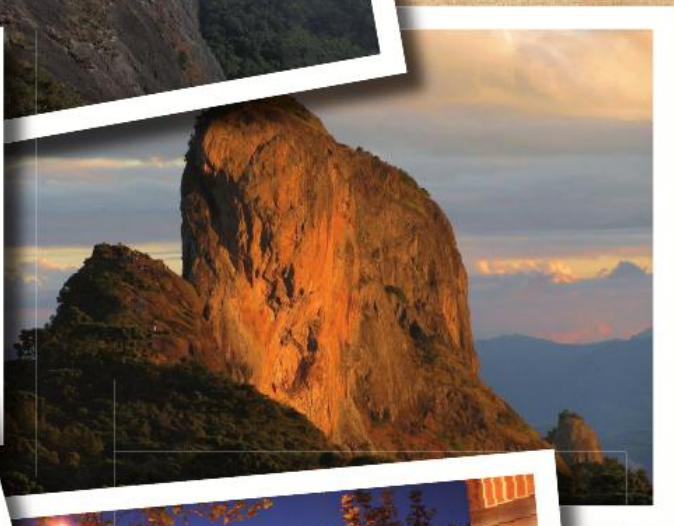
Solicite a sua !

Fone: (11) 2165.9999
apaulista@apaulista.org.br



58º CEM

Congresso Estadual de Municípios



De 18 a 22 de março em Campos do Jordão
Agende, informe-se, participe!

www.apaulista.org.br | apaulista@apaulista.org.br | (11) 2165.9999 ou (11) 3569.0598